

Bom entendimento com credores. Podemos dispensar o FMI?



O presidente do Banco Central acha que os bancos poderão dar mais empréstimos sem o aval do Fundo

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, disse ontem, em Brasília, que "o Brasil está preparado para negociar a dívida externa com os bancos credores, com o FMI ou sem o FMI". Segundo ele, o sistema financeiro internacional está "mudando em direção favorável à análise da concessão de novos empréstimos" aos países devedores. "Está havendo uma mudança de mentalidade, e o Plano Baker é uma prova disso", enfatizou o presidente do BC, em entrevista concedida na Câmara Federal, logo após ter sido dispensado de depor na CPI das Polonetas.

O "Plano Baker", exposto na assembléia do FMI/Banco Mundial realizada em Seul, consiste na concessão, pelos bancos internacionais privados, de US\$ 20 bilhões de novos empréstimos ao Terceiro Mundo, enquanto os EUA se comprometeriam em aumentar em US\$ 9 bilhões a capacidade de investimento do BIRD e do BID. O autor do plano, James Baker III, secretário do Tesouro norte-americano, explica que o New Money se destina a "salvar as democracias". Bracher interpreta essa oferta como a indicação de uma "mudança de mentalidade".

Bracher procurou demonstrar que não está preocupado com os prazos futuros para o Brasil renegociar o pagamento do principal da dívida externa de US\$ 45 bilhões, que vencem entre 1985 e 1990. Assim, ele acha viável que o País, os credores e o FMI encontrem uma solução ainda este ano, pois a 17 de janeiro de 1986 vence o contrato de financiamento de curto prazo às exportações e importações brasileiras, bem como o interbancário, que somam US\$ 16 bilhões. Essa prorrogação das linhas de curto prazo foi obtida, em agosto, pelo ex-ministro Francisco Dornelles, com o comitê de bancos, em Nova York. Resta saber se os banqueiros vão concordar em refinarçar estas linhas sem o "policiamento" do FMI sobre o Brasil.

Para esta renegociação, Bracher não vê riscos, pois, no seu entender, os interesses do Brasil com os dos bancos estrangeiros estão muito entrelaçados. "O Banco Central, o Banco do Brasil e as instituições privadas brasileiras têm depósitos de US\$ 13 bilhões na comunidade financeira internacional, não precisamos de correria", ponderou o presidente do BC. Os US\$ 13 bilhões a que ele se refere correspon-

dem à soma das reservas internacionais do Brasil (US\$ 10,7 bilhões, conversíveis) mais depósitos de outros bancos nacionais. Daí, no entender de Bracher, as manobras retaliatórias contra o País se situariam num campo limitado. "Dezessete de janeiro não é uma data fatal para nós. Se não terminarmos até lá a renegociação, não terminamos; dá-se um jeito de prorrogar."

Fernão Bracher repetiu mais uma vez que não há motivos para modificar a legislação de investimentos de capital de risco no País, mesmo porque — segundo ele — a atração de aplicadores estrangeiros em indústria e nos demais setores econômicos depende de condições objetivas, tais como: estabilidade política, progresso do País e uma conjuntura interna favorável, ou seja, garantias de que os investidores não serão desapropriados no futuro e uma menor inflação. "O interesse do investidor, no primeiro momento, não é ganhar dinheiro, é conquistar fatias do mercado, daí é que vem o lucro", afirmou. O diretor da Área Externa do BC, que acompanhava Bracher, desmentiu que o governo esteja criando dificuldades pa-

ra as remessas de empresas estrangeiras que operam no País.

Bom negócio

"Os bancos credores não têm interesse em que a dívida brasileira seja paga, porque hoje, na economia mundial, não há estrutura nem dinamismo econômico que permitam a esses banqueiros emprestarem esse dinheiro nas mesmas condições."

Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Gilberto Dupas, durante debate sobre dívida externa e cultura, no Centro Cultural de São Paulo.

Segundo Dupas, "o que interessa aos banqueiros internacionais é que a dívida continue existindo. É um negócio muito bom para eles, pois renunciam a aplicação do capital que aqui investiram".

— Entretanto — disse Dupas — acredito que deve haver por parte dos nossos credores uma preocupação no momento de negociar com os fatores sociais e políticos, pois eu vejo impasses, e não posso ser otimista a respeito das perspectivas que se abrem.